

WEBINAR - CIPSTP

“Debate sobre Os Sistemas de Integridade são-tomense”

NOTA DE APRESENTAÇÃO

1º Painel - Integridade Política

Em vários países, o sistema de freios e contrapesos e o Estado de Direito (*Checks and Balances System*) mostram-se fragilizados e assim permitem que a corrupção torne-se sistémica, prejudicando a desejável separação entre interesses públicos e privados. Em algumas áreas específicas da política, particularmente aquelas que podem oferecer elevadas margens de lucro em potencial, os grupos privados têm sido notavelmente bem-sucedidos em capturar os processos de tomada de decisão política. Isto assegura que seus interesses financeiros prevaleçam sobre o bem comum. Em casos extremos, todo o aparelho estatal pode ser capturado e instrumentalizado para fazer avançar interesses de determinado grupo. Esse fato evidencia a importância da melhoria da separação entre governos e interesses privados para promover a integridade política, prevenir a grande corrupção e reduzir o risco de captura do Estado e das políticas públicas. Alinhar decisões políticas com o interesse público e prevenir a corrupção envolvem a criação de mecanismos que limitem o potencial de influência indevida. Isso significa restringir consistentemente os interesses privados durante os três processos a seguir:

- Seleção/indicação daqueles que detêm o poder político,
- elaboração de políticas públicas,
- e a avaliação das decisões dos que estão no poder.

O QUE É INTEGRIDADE POLÍTICA?

Integridade política significa exercer o poder político sempre em favor do interesse público, isto é, com independência em relação a interesses privados e de modo a não favorecer os detentores do poder quanto a sua própria riqueza ou posição de privilégio.

A integridade política é reforçada e protegida quando:

- Os processos de recrutamento dos que deterão o poder político — por exemplo, eleições, sucessões, nomeações, etc — são livres da influência indevida de interesses privados.
- A tomada de decisões pelos detentores do poder político proporciona a todos os interessados oportunidades iguais, abertas e significativas de exercer influência.
- As decisões dos detentores do poder político estão sujeitas ao controle externo da sociedade e de outras instituições.

Sistemas políticos que melhoram a integridade tanto dos processos de escolha política quanto dos de tomada de decisão são menos vulneráveis à corrupção.

Sistemas políticos íntegros combinam medidas inter-relacionadas para reprimir certos problemas, como, por exemplo:

- Financiamento político desigual e pouco transparente (*não prestar conta ao TC*);
- Compra de votos (banho);
- Lobby pouco transparente e que não presta conta de seus atos à sociedade;
- Apadrinhamento político e clientelismo;
- Favorecimento de amigos e pessoas próximas dos tomadores de decisão;
- Abuso de recursos públicos para ganhos financeiros e políticos;
- Conflitos de interesses;
- Captura do Estado e das políticas públicas;
- Impunidade política.

Integridade política significa exercer o poder político de maneira consistente com o interesse da população. Contudo, definir exatamente o que constitui o interesse

público é difícil e passível de contestação. No mínimo, isso implica que as decisões sejam tomadas independentemente de interesses privados e que não destinem-se simplesmente a sustentar a riqueza ou posição daqueles que detêm o poder.

Nossa [análise do Índice de Percepção da Corrupção de 2018 \(IPC\)](#) da Transparency International, destacou o surgimento, ao longo da última década, de líderes populistas que aproveitam a insatisfação das pessoas com a política para prometer mudanças rápidas para supostamente favorecer os cidadãos em detrimento das elites. Porém, reduzir a influência indevida sobre decisões de políticas públicas — muitas vezes favoráveis a interesses de grupos de pessoas privilegiadas — não é tão simples como alguns políticos oportunistas gostariam de fazer crer. A experiência mostra que as tentativas de alterar esse equilíbrio de poder devem ser acompanhadas por medidas para aumentar a fiscalização independente sobre os tomadores de decisão e garantir a igualdade de acesso às instâncias decisórias.

A melhor forma de garantir que os governos hajam consistentemente em benefício do interesse público, e para que não sejam desproporcionalmente influenciados por interesses financeiros, criminais ou outros interesses particulares, é desenhar políticas e processos de tomada de decisão que sejam inclusivo e transparentes, e que possam prestar conta de seus resultados. A percepção generalizada no mundo de que certos grupos de interesse conseguem capturar parte das políticas públicas tem feito aumentar a raiva da população, o que torna este assunto bastante oportuno.

Os eventos permitirão identificar, em São Tomé e Príncipe, os desafios e lacunas, relativamente à Sistema de Integridade Nacional (à responsabilização, transparência e prestação de contas pelo país). Por outro lado, sensibilizar a opinião pública das ferramentas de prevenção e real combate a corrupção no país.